

MANZONI NETO, A. **O novo planejamento territorial:** empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e o uso do território brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. In: **Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 6, p. 9-23, 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo:** Produção de informações e novo uso do território brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OS USOS DAS INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS SOBRE O TERRITÓRIO: O CASO DA EMPRESA DE CONSULTORIA PRICEWATERHOUSECOOPERS

Sérgio Henrique de Oliveira Teixeira

sergiothot@yahoo.com.br

Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: empresas de consultoria, uso do território, círculos de cooperação, circuitos espaciais de produção, privatização.

O presente trabalho busca contribuir para a investigação da produção, circulação e do poder articulador das informações no território brasileiro. Para tanto, partimos da investigação das empresas de consultoria em geral e da empresa de consultoria transnacional Pricewaterhousecoopers em particular. Tratamos de suas ações e sua tipologia dentro da rede de cidades assim como sua participação no processo de planejamento estatal. Investigamos, como caso, a privatização do sistema de energia elétrica brasileiro.

Atualmente a informação está no centro de vários debates. Quem controla a informação, quem a difunde, seus

usos e seu papel na estruturação da economia e do espaço têm sido constantemente debatidos. No entanto, poucas são as análises que conseguem sair do senso comum e depurar o que seria a informação e seu estatuto.

Enfocamos a informação organizacional produzida por poucas empresas especializadas, exatamente por serem estratégicas à acumulação, ao poder e ao controle do uso do território.

Conforme assinalou Benko (1996), foi em busca de uma mais valia cada vez mais sequiosa de agilidade que no último quartel do século XX o capitalismo foi marcado por uma ampla reestruturação da produção. A divisão social e territorial do trabalho foi aprofundada e a organização mundial passa a se dar de forma mais complexa e interdependente, conformando e destruindo, criando e reproduzindo novas articulações e redes. Neste contexto, a informação ascende como uma de suas forças motrizes trazendo consigo a possibilidade (e a imposição) de um comando ágil, *just in time*. O menor tempo de circulação, distribuição e consumo torna-se central para a reprodução do capital (HARVEY, 2005).

A nova divisão do trabalho, portanto, também foi sustentada na emergência das tecnologias informacionais, posto que a informação tornou-se elemento estruturador do

território, na medida em que a sua base concreta, ou seja, seus objetos técnicos e suas normas reorganizam o espaço a partir de sua racionalidade.

Nas últimas décadas, configurou-se no mundo um grupo de empresas de consultoria, constituindo uma rede planetária de informação e incluindo nessa arquitetura os países subdesenvolvidos. Essas empresas ganharam relevância principalmente após a revolução informacional da década de 1970, que possibilitou o uso da informação aplicada a modelos de gestão, e a reestruturação industrial, responsável por um novo modelo de organização das empresas difundido por empresas globais de consultoria.

Segundo Donadone (2003, p.4), “entre as décadas de 1930 e 1940, o número de empresas de consultoria cresceu a uma taxa de 15% ao ano, passando de 100 empresas, em 1930, para 400, em 1940”. Como vemos, o uso da informação é cada vez mais presente para a organização do Estado e das empresas. Tal processo ganhará novo impulso, mas dessa vez decisivo, a partir das décadas de 1970 e 1980, por conta da reestruturação produtiva. Muitas plantas fordistas são substituídas por uma produção flexível dispersa pelos territórios, especializando cada setor aos lugares, formando-se

verdadeiros *circuitos espaciais de produção* em escala planetária.

Nesses circuitos, ganha destaque a função gerenciadora. Tendo seu papel cada vez mais premente, ela permite a descentralização da produção e a concentração do comando. Autonomia e interdependência são pares que se aprofundam, já que para o bom funcionamento dos circuitos produtivos é necessária uma rede articulada em *círculos de cooperação* comandados por empresas de consultoria. É também neste processo que a terceirização é aprofundada e gestada.

Tratam-se de empresas que levaram o nome, segundo Donadone (2003), de *accounting Firms*, empresas de informação relacionadas a auditorias e consultorias tais como as “big Four” – Pricewaterhousecoopers, KPMG, Ernst & Young e Deloitte Touche Tohmatsu. Estas empresas controlam boa parte do mercado mundial e latino-americano de consultoria, que tiveram, nas últimas décadas, um crescimento vertiginoso.

No Brasil, tratamos da empresa Pricewaterhousecoopers que conta com uma rede de 16 escritórios. São 2.800 funcionários atuando em diversas áreas consideradas estratégicas (agro business, automotivo, celulose, comunicação e informação, consumo e varejo,

elétrico e serviços de utilidade pública, entretenimento e mídia, engenharia de construção, farmacêutico, financeiro, governo, metais, mineração, petróleo e gás, químico e tecnológico). Seus escritórios se distribuem pelas principais cidades do país, sendo 12 deles na Região Concentrada. Em São Paulo, os escritórios da empresa encontram-se em nós dinâmicos da rede urbana paulista: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos.

Levantamos a hipótese de uma relação estreita, e não casual, entre a localização dos escritórios da empresa e os nós mais dinâmicos (e articuladores) da rede urbana. Isso porque estes lugares configurar-se-iam como espaços privilegiados para conformação e comando dos círculos de cooperação no território: um *espaço de fluxos reguladores*. Notadamente ganha destaque a cidade de São Paulo como centro de gestão no território. Vemos isso em Lencioni (2004, p.70), quando a autora afirma que

Trata-se de um processo de expansão da concentração, de um processo de desconcentração territorial da indústria da região metropolitana, no qual a cidade de São Paulo afirma e desenvolve sua centralidade, se inserindo como um nó da rede mundial de cidades globais. Tanto que os serviços especializados relativos às finanças, à propaganda, ao marketing, ao planejamento e à consultoria tendem a se concentrarem na Capital.

A partir dos centros de gestão é que essas empresas compartilham e comandam a privatização e o planejamento. Segundo Vainer (2007, p.5), “a privatização dos setores responsáveis pela infra-estrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos”. As empresas de consultoria entram nesse processo com o aval do Estado através do BNDES¹, pois ficou a cargo deste banco gerenciar, acompanhar e realizar a venda das empresas incluídas no PND (Plano Nacional de Desnacionalização). Nesse sentido é que Antar Júnior (2005) aponta o PND como uma das mais radicais transformações na estrutura territorial da história da formação socioespacial brasileira: ao privatizar grandes sistemas técnicos incrustados no território, entrega-se também a gestão e a regulação territorial à iniciativa privada, sobretudo às empresas de consultoria.

Discutimos então que as empresas de consultoria são as detentoras de racionalidades da globalização que se aplicam ao território de forma vertical, hierárquica. No entanto, essa lógica de planejamento se sobrepõe a outra, a do

¹ Ficou a cargo do BNDES a contratação das empresas de consultoria para conferir credibilidade às empresas privatizadas no âmbito do mercado mundial. “O BNDES é um dos principais atores no processo de privatização no Brasil pois é, ao mesmo tempo, mentor, administrador e financiador do Programa Nacional de Desestatização” (SILVA, 2001).

planejamento democrático e participativo que existiu parcialmente no final da década de 1980 em algumas cidades brasileiras, notadamente ressalta-se a experiência de Belém do Pará e Porto Alegre, ambas em 1989. Esse planejamento foi abandonado na medida em que se recriou e se reforçou a áurea do planejamento neutro.

O planejamento territorial tem servido exclusivamente à reprodução do capital e, assim, dirige “dentro da lei e da ordem” o a acumulação de capital. Para tal, o planejamento ganhou *status* de ciência já que assim pode se afirmar como “neutro”. Delinearam-se, também, os objetivos a serem atingidos com esse planejamento: a dependência e a dominação, em suma, a dominação através da dependência.

O planejamento tende a ficar à deriva, podendo ser facilmente usado em favor dos que detém as rédeas do poder. Em verdade, troca-se hoje a noção de planejamento pela de *gestão*. Acreditamos que planejamento e gestão não são práticas contraditórias em si, pois o planejamento cumpre uma função norteadora para a gestão, enquanto essa cumpre a função de efetivar o futuro que se planeja. Claro que entre essas determinações, para nós, existe o ponto de partida que deve ser o planejamento já que esse é o futuro; e, ao contrário, quando se escolhe a gestão como ponto de partida busca-se

uma típica ilusão do capitalismo: projetar o presente como se esse fosse o futuro imanente.

Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.
Anais...Belém, 2007.

Referências bibliográficas

ANTAS JR., R. M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DONADONE, J. C. O mercado internacional de consultorias nas últimas décadas: crescimento, diversificação e formas de disputa. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-15, abr./jun. 2003.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. In: LIMONAD, E. *et al.* (orgs.). **Brasil Século XX: Por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 67-77.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo**: Produção de informações e novo uso do território brasileiro. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VAINER, C. B. **Fragmentação e Projeto Nacional**: desafios para o planejamento territorial. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-